

Governo levanta apoios ao seu bloco político

Logo depois da Semana Santa, os ministros Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães, da Habitação e das Comunicações, e os líderes Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, com a cooperação de outros políticos ligados ao presidente Sarney, iniciarão um levantamento minucioso dos parlamentares que concordam em se constituir em blocos, na Câmara e no Senado, para defender as posições do Governo.

O ministro da Habitação e Meio Ambiente, Prisco Viana, acredita que o núcleo desse bloco partirá dos 304 parlamentares que votaram a favor do mandato de cinco anos para os presidentes da República no texto permanente da nova Constituição, havendo possibilidade de que alguns não ingressem nesse grupamento, sendo compensados por outros que se dispõem a participar dessa ação política.

LINHA POLÍTICA

Por hora, o Governo não pensa em organizar um novo partido, embora o movimento em favor do bloco governista possa vir a resultar nisso. Segundo Prisco, a idéia é formar um bloco governista na Câmara e no Senado, com atuação independente, mas respeitando a origem partidária de cada um dos seus integrantes.

O bloco governista se constituirá para defender as ações do Governo na Câmara e no Senado, sobretudo agora, quando o presidente da República prepara-se para baixar uma série de medidas destinadas a combater o défi-

cit público e conter a escalada inflacionária. O grupo deverá ter um comportamento homogêneo nas votações da Constituinte, prevendo os seus articuladores.

O Governo está estudando todo o texto do projeto Bernardo Cabral e as decisões adotadas pelo plenário da Constituinte com o objetivo de promover substanciais alterações quando da votação do projeto em plenário no segundo turno, mediante a aprovação de emendas supressivas, segundo o ministro Prisco Viana.

Alguns dos políticos que votaram no presidencialismo com cinco anos, como o líder do PDS, deputado Amaral Neto, contestam a possibilidade de formação de blocos governistas com os que votaram recentemente de acordo com os interesses do Palácio do Planalto. Os amigos do Presidente afirmam que será possível constituir esse grupamento com a maioria dos que votaram recentemente em favor da posição do Governo.

— Se é verdade que perderemos alguns dos que votaram conosco, teremos condições de conquistarmos outros parlamentares — disse o ministro Prisco Viana.

Quanto às alterações no texto constitucional, quando da votação no segundo turno, um grupo de trabalho estuda as emendas supressivas no Palácio do Planalto e um outro junto à liderança do Governo na Câmara, sob a direta supervisão do deputado Carlos Sant'Anna.

Sant'Anna já prepara plano

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara dos Deputados, disse ontem que não está pensando em formar um bloco palaciano, mas, sim, um bloco da maioria, justificando que nos regimes democráticos os governos precisam de maioria, para justamente se respaldar no parlamento. Para ele, essa maioria já está de certa forma expressa, a partir das últimas votações da Constituinte.

Para Sant'Anna, é preciso apenas consolidar a maioria, para que ela se estruture por volta de uns 300 constituintes e que seja embasada através de uma programação de diretrizes de ação governamental.

Na opinião de Carlos Sant'Anna, o bloco pode até chegar a uma estrutura formalizada, mas que a pretensão inicial é de formar um bloco através de conversações com as principais lideranças e com os próprios parlamentares.

Confirmando que existe uma preocupação com as exigências feitas por alguns constituintes, Sant'Anna confirmou que a equipe do governo está estudando e preparando um plano mínimo, com novas diretrizes a serem aplicadas num esforço de sair da atual crise que vive o País.

PRORROGAÇÃO

O governo não deverá trabalhar pela proposta de adiar para o ano que vem as eleições municipais marcadas para novembro deste ano. O líder Carlos

GIVALDO BARBOSA



Carlos Sant'Anna

Sant'Anna, disse, considerar esta proposta absolutamente inviável e de difícil aceitação.

Segundo Sant'Anna, prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos significaria enfrentar uma tradição do próprio PMDB, que sempre foi contra a prorrogação de mandatos. Além disso, o deputado é de opinião que seria muito difícil para o povo entender esta prorrogação.

— Já está na consciência de todo o povo que haverá eleições em novembro de 1988 — disse.

Durante o fim de semana, lideranças do centrão receberam do deputado Alberico Cordeiro (PFL-AL) a informação de que um documento favorável à realização de eleições municipais neste ano obteve, em 48 horas, mais de 150 assinaturas de apoio de parlamentares de todos os partidos.

Senador apóia a iniciativa

Rio Branco — "O presidente José Sarney precisa do apoio de um bloco parlamentar suprapartidário para que ele possa empreender as reformas econômicas necessárias e tirar o País da crise". A afirmação foi feita pelo senador Nabor Júnior ao regressar para Brasília, após participar da convenção do PMDB em Tarauacá, cidade onde tem domicílio eleitoral.

Nabor Júnior disse ainda que apesar de o PMDB atravessar problemas internos, o partido está longe de qualquer processo de fragmentação. O senador comentou que os desligamentos de deputados do

PMDB em Minas Gerais relacionam-se mais aos problemas regionais da bancada mineira do que com um "racha partidário a nível nacional".

Segundo Nabor Júnior, embora exista um desgaste do partido junto à população devido à crise econômica, "com reflexos também no Acre", o PMDB ainda é o maior partido do Estado e reúne condições para obter um bom resultado nas eleições para prefeitos e vereadores deste ano. O senador defende a realização de prévias junto à população para avaliar quais integrantes do PMDB têm maior preferência popular para serem candidatos.

Waldir acha que povo deve fazer pressão

Salvador — O governador Waldir Pires afirmou ontem que é importante a manifestação da vontade popular junto à Assembléia Nacional Constituinte que, com soberania, decidirá o mandato do presidente Sarney. Na entrevista coletiva que concedeu, ele não quis opinar se haverá condições ou não para isso. Mas que do ponto de vista da força política, o PMDB deveria manter a lealdade a seus compromissos nas idéias básicas: democracia e reformas sociais profundas.

Isto, continuou o governador, não se trata de ter uma posição com os históricos do partido, no sentido de que se vá buscar as pessoas físicas históricas. "Há históricos no PMDB que deixaram de sê-lo e há os novos companheiros que hoje estão absolutamente leais aos compromissos democráticos expressos nas idéias básicas de democracia e reformas sociais profundas. Creio que o povo quer votar para Presidente da República e quer mudar as condições sociais e econômicas da sua vida".

Waldir Pires disse que desde que retornou de Brasília, na semana passada, ainda não conseguiu tempo para reunir a cúpula regional do PMDB. Ele teve um encontro com alguns assessores, neste final de semana, e pretende se reunir com a bancada do Legislativo que apóia seu governo, como conversou em Brasília com os constituintes que lhe prestam apoio. Está prevista, ainda, uma reunião com todo o secretariado.

Quanto às notícias de que vários peemedebistas estariam dispostos a deixar o partido, o governador considera uma deformação. Na sua análise, o PMDB terá uma posição de afirmação de seus compromissos e que se trata de depurar o partido, e sim de que cada cidadão se sinta bem no partido que representa suas idéias e compromissos.

Apenas, explicou Waldir Pires, na sua grande convenção nacional é que o PMDB teria opções de composição do comando partidário e de reafirmação ou não dos seus compromissos fundamentais. O partido político precisa ter coerência e lealdade a seus compromissos, não precisa ter ideologia ou então vamos para o personalismo que é incompatível com a democracia.

Esquerdas se reúnem para pedir diretas

Antes da votação do artigo 4º das Disposições Transitórias do projeto constitucional, em que fica definido o tempo de mandato do presidente Sarney, pelo menos dois grandes comícios serão realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, a favor de eleições diretas em novembro deste ano. Estes atos devem reunir no mesmo palco dois candidatos à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, mas não se constituirão em comícios petistas ou pedetistas exclusivamente. O maior objetivo destas manifestações será o de mobilizar a opinião pública para o exercício de uma pressão popular que leve a Constituinte a se decidir por um mandato de quatro anos para Sarney.

Ainda não há data marcada para os comícios iniciais, mas o presidente do PT, deputado Olívio Dutra (RS), e o líder do PDT na Câmara Brandão Monteiro (RJ), acham que os primeiros atos públicos devem acontecer em meados de abril. As lideranças dos dois partidos também estão para se reunir a fim de estabelecer um calendário de eventos a nível nacional. Este trabalho, no entanto, não será feito somente pelas duas bancadas presidencialistas de esquerdas, mas por todas as forças favoráveis ao mandato de quatro anos para Sarney.